

O Vale do São Francisco

Experiência de planejamento regional

PROF. LUCAS LOPES
Diretor da Comissão do Vale do
São Francisco

Quando CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO nos levou a intimação de pronunciarmos uma conferência nesta solenidade, ponderamos que nos faltavam as credenciais indispensáveis ao desempenho dessa missão.

Falar sobre o rio São Francisco numa Assembléia de geógrafos e estatísticos, com a responsabilidade de membro da comissão técnica que estuda sua recuperação econômica, seria tarefa sedutora depois que houvéssimos adiantado nosso trabalho, quando já nos sentíssemos senhores das soluções de inúmeros problemas que se apresentam ao nosso espírito.

Seria, então, possível, oferecermos contribuições e idéias para debates entre estudiosos de elementos de nossa realidade geográfica e das estruturas econômicas e sociais que delas derivam.

No momento, somente poderíamos apontar dúvidas que nos assaltam, pensamentos que ainda não se definiram em contornos de verdades e ainda se debatem em matizes de incertezas.

Se, porém, em vez de oferecer e dar, viéssemos pedir-vos; se em lugar de trazer contribuições nossas, pudéssemos convocar-vos para um trabalho comum e solicitar conselhos e sugestões, seria esta uma oportunidade que não deveríamos desprezar.

Eis porque aqui estamos a falar-vos sobre um tema que é também vosso, a lembrar-vos que o vosso auxílio é esperado por nós que temos a incumbência de conduzir uma experiência inédita de planejamento regional no Brasil.

Congratulamo-nos convosco por podermos trazer-vos nosso problema nesta Bahia eternamente brasileira, nesta terra que aprendemos a amar nas primeiras páginas da História do Brasil, neste rincão que vive uma parte decisiva da vida do São Francisco e que o percebe como o âmbito geográfico de página brilhante do futuro que desejamos construir em nossa pátria.

PROJEÇÃO NACIONAL DO APROVEITAMENTO DO SÃO FRANCISCO

Parece-nos que, antes de tentarmos raciocinar sobre a recuperação econômica do vale do São Francisco como engenheiros, agrônomos, economistas ou geógrafos, devemos indagar quais os objetivos políticos mais amplos que levaram o constituinte de 1946 a determinar que se empregue durante 20 anos, 1% das rendas tributárias da União no estudo e na execução de um "plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes".

Por que motivo foi a bacia do São Francisco destacada como merecedora de um tratamento especial no quadro de nossa estrutura territorial? Existirão razões que transcendam à simples valorização da área privilegiada? Quais os objetivos nacionais que se pretendem atingir com o desenvolvimento da grande calha fluvial?

Esboçando respostas a tais indagações deixaremos de parte, no momento, uma série de considerações de sentido histórico que, explicando a evolução social pretérita da região, poderiam indicar rumos de uma desejável evolução futura, para atentarmos a observações de caráter geográfico, de sabor levemente geopolítico, que apontam as circunstâncias mais atuantes no processo de fixação e desenvolvimento humano no grande vale.

* Conferência pronunciada na IX Assembléia Geral do C. N. G., realizada na Cidade do Salvador, Bahia, em julho de 1949.

O SÃO FRANCISCO E A UNIDADE NACIONAL

A "posição" parece-nos o fator geográfico que maior projeção nacional confere ao São Francisco. Sem possuir o caráter de rio de penetração da hinterlândia, porque desenvolveu a maior parte de seu curso ao longo de uma paralela ao litoral e porque teve sua função carreadora interrompida bem próximo da embocadura, o São Francisco não assistiu ao desenrolar de uma ocupação humana contínua de suas margens; além de uma série de quedas e desníveis, grandes trechos de terras semi-áridas interrompem a penetração montante de gentes.

Se a ocupação demográfica do baixo São Francisco pôde atingir a um grau razoável de concentração, somente a muitas centenas de quilômetros acima das cachoeiras, já nas nascentes do rio principal e de seus formadores é que o adensamento humano pôde novamente se fazer, não mais sob a influência direta das águas do São Francisco, porém ao estímulo de uma grande riqueza mineral e de uma agricultura pioneira, que eram exploradas por homens vindos do Sul, de outras bacias e outras veredas de penetração do território.

Ao longo de mais de um milhar de quilômetros as margens do grande rio permanecem quase vazias de população, sem o poder de fixação humana que os grandes vales têm apresentado em outras regiões do mundo, sem atrativos para desbravamentos e imigrações.

Quem observar com atenção os mapas de distribuição da população do Brasil, ou cartogramas de produção, de riqueza, de trabalho, de vida social, de presença humana enfim, notará que duas grandes áreas escuras, cheias de atividade e em franco progresso se encontram isoladas. De um lado o Nordeste, densamente povoado e intensamente trabalhado, de outro o Centro, a "core area" do país, a auréola tributária de Vitória, do Rio e de Santos, onde se acumula uma população numerosa, ativa e progressista.

O litoral brasileiro não se deixou penetrar facilmente, desde Salvador até o rio Doce, em tôda a extensão paralela ao vale médio do São Francisco. A ocupação humana é nêle rarefeita e não teve poder de expansão que lhe permitisse alargar uma mancha contínua de gentes até o caudal sanfranciscano.

Verifica-se mesmo uma singular anomalia no quadro de povoamento de nosso território ao longo do litoral paralelo ao São Francisco, que é a rarefação demográfica da região de Pôrto Seguro, da primeira terra descoberta no Brasil.

Estas circunstâncias levam-nos a perceber o problema da valorização econômica do São Francisco como do mais alto interesse político da nação. A ocupação efetiva do vale e seu desenvolvimento econômico eliminarão o vazio que separa o Nordeste do Centro e do Sul, dando um sentido objetivo ao esforço que ainda precisamos despender para consolidar a unidade nacional.

Quando o São Francisco se transformar em área ocupada firmemente, em região desenvolvida e progressista, quando êle puder atrair massas humanas em lugar de as ver partir, ter-se-á formado um elo fortíssimo, material de união brasileira.

Não se pretende apenas melhorar a navegação fluvial e, com isto, aumentar o intercâmbio entre o Norte e o Sul, que se irá fazer mais intenso com as ligações ferroviárias e rodoviárias que se ultimam, mas povoar melhor as margens do grande rio, torná-las economicamente estáveis, elevar o padrão de vida de suas populações, implantar uma civilização ribeirinha que seja uma síntese, uma transição, uma ligação entre as civilizações que se constroem no Nordeste e no Centro do país.

No esquema de um Plano Político Nacional a recuperação do vale do São Francisco tem o objetivo primordial de fortalecer a unidade nacional. A posição geográfica da grande corda potâmica marca-lhe o destino de um eixo material de união dos brasileiros. Êle precisa transformar-se, realmente, no rio da unidade nacional e isto se verificará quando o transmutarmos em um vale de possibilidades e de promessa.

SÃO FRANCISCO — “PIONEER FRINGE” ou “HOLLOW FRONTIER”

Um outro aspecto, de amplo sentido nacional envolve o problema de recuperação do vale do São Francisco.

Quando estudamos o processo de deslocamento da frente pioneira de ocupação de nosso território, reconhecemos que ela tem sofrido paralisações e recuos, amortecimento e retrocessos.

Muitas vezes as fronteiras vazias, as áreas de rarefação demográfica marcam a passagem de uma onda humana que não se fixou, que desbravou e espoliou as riquezas naturais mais fáceis de colhêr e passou adiante, tomou outros rumos, deixando atrás de si um território de pobreza e de malogros. Êste panorama se apresenta em muitos trechos de nossa frente pioneira.

O rio São Francisco, que foi por algum tempo um condensador de gentes, perdeu, há muito, esta função para se tornar principalmente uma rota de migrações. As ondas humanas, que atingem suas margens no trecho médio navegável, tendem a subir ou descer a corrente, sem a transpor, sem se fixarem na margem oposta, sem ocuparem as bacias tributárias de Oeste, na escala que seria desejável. A recuperação econômica do vale deverá restituir-lhe a função de condensador de gentes, de área progressista e expansionista para que mais tarde seja possível o alargamento de nossa linha de ocupação demográfica até as vertentes do Tocantins e as nascentes do Parnaíba.

Se nos fôr lícito aplicar ao nosso problema as idéias de ISAIAS BOWMAN encontraremos nítida justificativa intelectual para esta tese. Estudando o processo de expansão do povoamento humano sobre a terra, o grande geógrafo americano ressaltou o fenômeno de estagnação de algumas frentes de deslocamento enquanto outras caminham em ritmo constante. Quando massas humanas encontram áreas menos favoráveis ao povoamento, regiões de difícil exploração com os métodos técnicos e culturais que possuam, paralisa-se a expansão demográfica sobre essas áreas até que um progresso técnico, uma evolução cultural lhe permita colhêr êxito no aproveitamento econômico da região.

Se analisarmos os mapas de densidade de população do São Francisco em 1920 e 1940, notaremos que, em todo trecho médio, a isaritma de cinco habitantes por quilômetro quadrado, representando um povoamento incipiente, apenas o toca em um ponto, retrocede em outro e paralisa-se em grande extensão. Será possível restituirmos ao São Francisco o característico de uma *pioneer fringe* de uma frente de expansão demográfica se introduzirmos no vale novas técnicas de vida, novos instrumentos de trabalho, novo impulso cultural. Se falharmos neste propósito êle perdurará como um *hollow frontier* no conceito de PRESTON JAMES.

• • •

Êstes dois aspectos — área de contacto entre o Nordeste e o Centro e base de expansão demográfica sobre o Brasil Central — bastariam para justificar um esforço dos brasileiros visando a recuperação econômica do vale do São Francisco se ela não representasse ainda inúmeras outras vantagens, tais como a integração de uma grande área ao ritmo da economia que progride no litoral; a utilização de recursos energéticos, minerais e agrícolas de uma região imensa e, principalmente, o soerguimento social de uma população forte que vive e luta desamparada, nas barrancas do grande rio.

GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO

Tentando ventilar alguns temas fundamentais do planejamento do São Francisco, perante uma assembléia de geógrafos é natural que vos conduza ao exame da contribuição excepcional que vossa ciência nos pode prestar.

Há tempos, GRIFFITH TAYLOR concluía sua mensagem anual de presidente da Association of American Geographers com as seguintes palavras:

“Algum dia nossa disciplina terá progredido além do presente estágio de Cinderella das ciências. Poderíamos nós geógrafos estudar o mundo com tal visão que viéssemos a ser considerados como uma equipe capaz de guiar a nação no rumo de seu progresso material e cultural? “Can we not all strive to become Nation Planners”?”

Eis uma tese que tem seduzido geógrafos de todo o mundo. Bem sabeis que a pretensão de transformar a geografia em ciência pragmática, visando fundamentar os planos de ação política de um povo, conduziu a geopolítica alemã às mais aberrantes formas de atividade cultural.

É verdade, entretanto, que a geografia moderna, com sua preocupação de correlacionar, coordenar, localizar e explicar os fenômenos que estuda, apresenta um cabedal tão valioso de fatos registrados, de realidades investigadas que não se pode desconhecer sua contribuição, toda vez que um esforço de planejamento se ensaia numa região ou num país.

Parece-nos certo, que a primeira atitude, ao encarmos uma região a ser “planejada”, deverá ser um esforço para discenir qual o “plano” que a Natureza estabeleceu para a vida humana nessa região, como bem lembrou BETON MACKAY. E esta é uma tarefa de geógrafos.

Não apenas o conhecimento descritivo da área selecionada, nem mesmo ainda um estudo de geografia comparada entre o território eleito e outros que apresentem com êle aspectos da semelhança de simetria ou de homologia, são os elementos únicos que o geógrafo pode trazer ao planejador porque êle deve oferecer-lhe também a visão global e ponderada de uma análise regional, a interpretação do “plano” que a natureza parece estabelecer para as relações entre o homem e o meio ambiente, na região escolhida.

Não julgamos que deva o planejador assumir uma atitude determinista perante a área que tem a estudar, acreditamos, ao contrário, que as mais altas finalidades de um plano regional devem ser inspiradas em uma filosofia possibilista. Se precisamos desenvolver uma região que tem oferecido resistências e oposições à ocupação humana e ao progresso, movidos por objetivos da mais ampla política nacional, devemos impregnar nossa estratégia de ação de confiança no êxito dos métodos e dos instrumentos com que a técnica armou o homem para vencer as hostilidades do meio.

Não podemos, todavia, desconhecer o “plano da natureza”, se formos levados a tentar transformá-lo em “plano do homem”.

Eis uma atitude mental que nos parece acertada ao esboçarmos uma filosofia que nos guie na tarefa de recuperação do São Francisco.

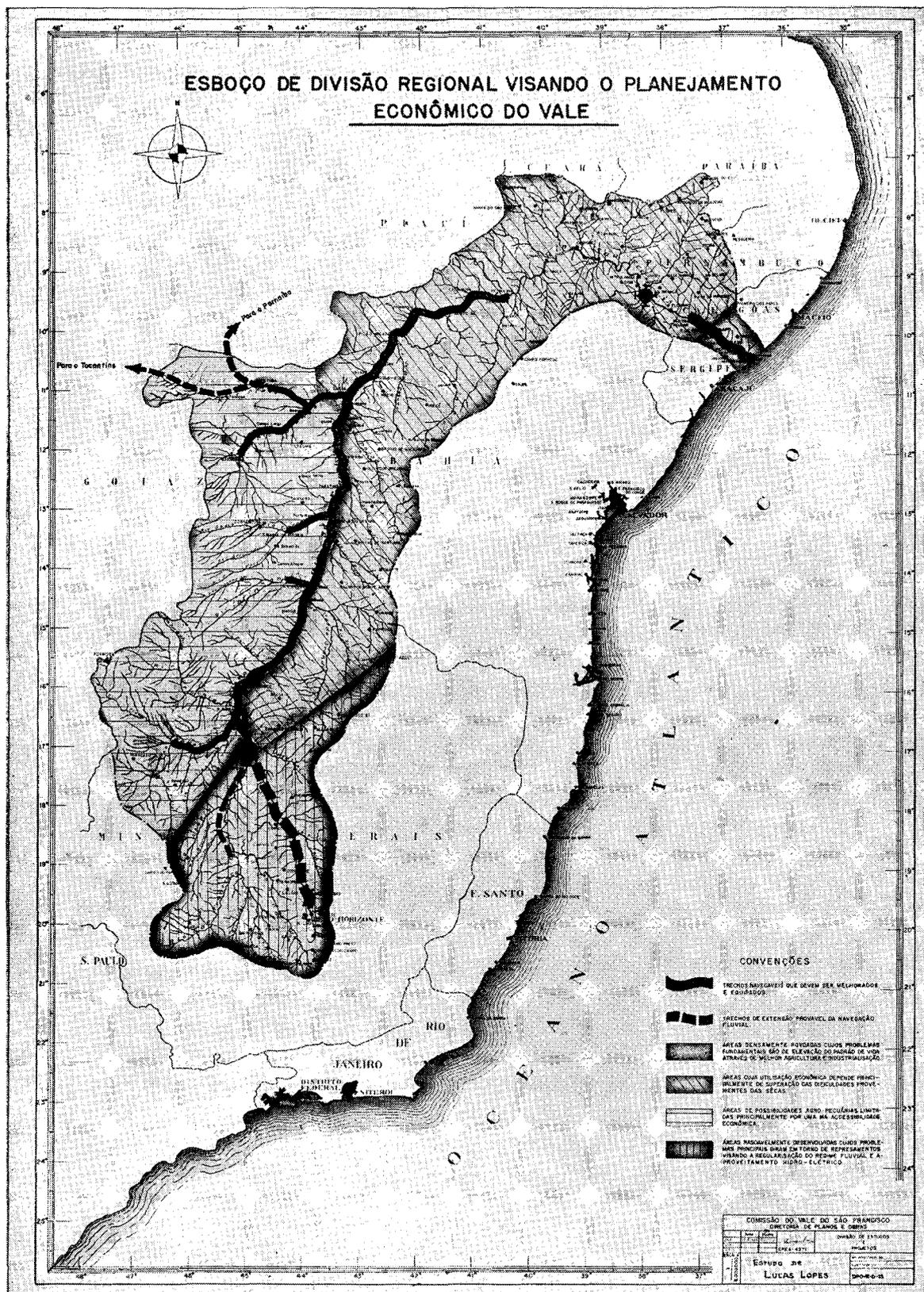
Acreditamos no acêrto da tese determinista que o mestre citado, GRIFFITH TAYLOR, aponta aos geógrafos e planejadores de um continente inteiro dizendo:

“O mais importante problema de geografia na Austrália é tentar esboçar o quadro futuro de seu povoamento, um século à frente, e então encaminhar o desenvolvimento do país nessa direção”.

Pensamos, entretanto, que será acertado, aos planejadores do São Francisco prever o panorama provável do povoamento futuro do vale ao sabor das contingências naturais e humanas que sôbre êle atuam livremente, e, em seguida, programar os corretivos que essa tendência mereça para que se ajuste aos interesses de uma política realmente nacional.

Com estas idéias, seria fatal que apelássemos para os geógrafos brasileiros e pedíssemos o auxílio de sua experiência e inteligência, ao momento em que explanamos o problema de planejamento da recuperação do São Francisco.

E não foi em vão o nosso apêlo, porque encontrou o Conselho Nacional de Geografia aparelhado para prestar-nos serviços inestimáveis, treinado em tratar dos mais graves problemas nacionais, orientado no sentido de prestar serviços ao Brasil sem descurar do cultivo da geografia como ciência pura.



PLANEJAMENTO REGIONAL E GEOGRÁFICO

Naturalmente, os problemas práticos da recuperação do São Francisco serão questões de engenharia, de agronomia, de saneamento, de educação, de política. Entretanto a filosofia do planejamento que se esboça tem nítido caráter geográfico, além do sentido geopolítico que encerra.

Se, de modo geral, há uma certa descrença sobre qualquer tentativa de planejamento econômico, menor é o pessimismo quando se trata de um problema de planejamento regional.

A experiência universal tem apresentado resultados convincentes de planos regionais bem concebidos e bem executados, e nisto já podemos indicar um ponto de contacto interessante com a geografia moderna, que abriu largos horizontes de trabalho quando focalizou em seus estudos a "região", quando desenvolveu o setor da geografia regional.

Se às experiências de planejamento urbano e metropolitano creditamos o desenvolvimento dos métodos e técnicas gerais de planejamento, à geografia moderna devemos as bases de seleção e definição do território a ser trabalhado e, principalmente, a concepção de unidade regional, de "área delimitada sob o critério de uma homogeneidade geral de característicos da terra e homogeneidade geral de ocupação humana" segundo o conceito de ROBERT S. PLATT.

A observação da semelhança das reações do homem em face do meio físico de uma região homogênea e a consciência de atividade, coordenação e correlação dos fenômenos naturais e humanos que se verificam no âmbito de uma unidade territorial foram a contribuição mais útil que os geógrafos poderiam oferecer aos planejadores do desenvolvimento de um país.

Quando analisamos as características ótimas que deve possuir uma área a ser destacada para um planejamento social ou econômico, verificamos que em última análise elas coincidem com as que podem em certos casos definir uma região natural em geografia.

Segundo JOHN ORCHARD uma região selecionada para planejamento deve apresentar os seguintes característicos:

- a) Deve possuir um problema ou interesse que a unifique; (some unifying core);
- b) Sua área deve incluir todo território dependente do problema ou interesse central;
- c) Deve verificar-se uma ausência de interesses sérios em conflito;
- d) A região não deve ser tão diversificada e seus problemas tão variados, que apresente limitações à habilidade e treino dos planejadores".

De fato, somente em torno de um problema central, de um fator que atue direta ou indiretamente sob toda região, será possível evitar que o planejamento se transforme em um mosaico de planos cantonais ou, talvez, municipais, e que se dissipem, pulverizados, os recursos disponíveis para sua realização.

PLANEJAMENTO REGIONAL DOS GRANDES VALES

Ao analisarmos o grande número de experiências de planejamentos regionais que foram executados em outros países, somos tentados a grupá-los em três categorias: planejamento de áreas metropolitanas; planejamento de regiões industriais e planejamento de bacias de drenagem. Estes três tipos principais denotam a preocupação de definir como tema central de planejamento, um interesse que unifique a região.

Quando as grandes metrópoles vão adquirindo o porte de centro de relações humanas de toda uma região, a idéia de preparar os meios e os métodos de tornar estas relações socialmente justas e coletivamente eficientes se transforma no tema central do planejamento metropolitano. Estudando a influência de fatores regionais na elaboração de um plano nacional de desenvolvimento, os homens do *brain trust* de ROOSEVELT verificaram que o território americano poderia ser dividido em 17 áreas metropolitanas que mereciam ser

planejadas em tórno dos interesses recíprocos de 17 centros urbanos principais, seus satélites e o campo.

São conhecidos os planos regionais que resultam da necessidade de coordenação de inúmeros fatores nas áreas de mais nítida vocação industrial, quase sempre vinculados ao tema central de aproveitamento de grandes fontes de energia ou grandes ocorrências minerais.

Resta-nos examinar os motivos que sugerem a seleção das bacias hidrográficas como territórios apropriados à elaboração de planos regionais e devemos fazê-lo com maior cuidado porque é esse o problema do São Francisco. Bem sabemos que nem sempre as linhas de vertentes de uma bacia hidrográfica limitam um território com característicos de uma região natural, na acepção em que este conceito é entendido na geografia moderna.

Entretanto, os grandes vales de drenagem, apresentam certos elementos de geografia física que sugerem sua eleição como áreas propícias ao estudo e planejamento de verdadeiras regiões humanas.

Êles possuem um elemento unificador, um interesse comum, um problema central que lhes dá um irretorquível caráter de unidade — a água.

Desde as chuvas nas nascentes até os transbordamentos na foz, a água dos grandes rios entra em relações complexas de causa e efeito com quase todos os outros fatores físicos, biológicos e humanos que atuam no vale.

Existe uma unidade de elementos naturais gravitando em tórno das águas de uma bacia hidrográfica. As chuvas, as cheias, a erosão, os entulhamentos, as sêcas, as flutuações de vida de um grande rio, marcam uma unidade de interesse humano em tôda bacia. As águas dos grandes caudais têm unificado e criado civilizações, enquanto perdura um equilíbrio favorável entre os fatores que sôbre ela atuam, e as têm riscado dos mapas humanos quando esse equilíbrio se rompe.

A unidade de interesse humano na vida dos grandes rios impõe uma unidade de responsabilidade no tratamento que lhe devemos dar e sugere uma unidade de ação, um planejamento integral das relações que com êle mantemos.

Os homens das nascentes, do curso médio e da foz podem-se ignorar mutuamente mas não conseguirão esquecer o rio, podem-se guerrear e quase sempre se guerream quando não conseguem bem unificar e coordenar suas relações com a vida do rio.

O planejamento econômico e social de uma bacia hidrográfica tem a justificativa lógica de possuir um problema central — a água — e deve ser conduzido fundamentalmente, no sentido de racionalizar o seu uso, de ordenar as relações entre ela e as populações que dela dependem.

PLANEJAMENTO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Vale a pena recordarmos, de passagem, as experiências modernas de planejamento integral de grandes bacias hidrográficas. Ao tratarmos do problema de recuperação do vale do São Francisco não podemos desconhecer os resultados e os malogros de tentativas semelhantes, como não devemos desprezar nenhum dos estudos e sugestões sôbre os problemas do nosso rio que se encontram em mais de 2 000 referências de um cadastro bibliográfico.

Uma coincidência feliz, que envolve uma grande honra, levou-nos a estudar o nosso tema em face de uma contribuição notável que a êle acaba de trazer um dos mais destacados técnicos americanos, um dos maiores responsáveis intelectuais pelo desenvolvimento da idéia de planejamento regional de bacias hidrográficas, o engenheiro MORRIS L. COOKE.

Fomos escolhido para dar parecer sôbre um trabalho de excepcional importância que o grande técnico apresentou ao Primeiro Congresso Pan-Americano de Engenharia que ora se reúne no Rio de Janeiro. Nesse trabalho MORRIS COOKE analisa o movimento de âmbito mundial em tórno da idéia de desenvolvimento dos vales de rios de múltiplas finalidades. (*Multiple — purpose river valley development — progress being made in world — wide movement*).

Inicia seu estudo lembrando que apesar de uma tremenda devastação de recursos indispensáveis à felicidade humana, que vem se processando pela erosão dos solos cultiváveis, pela atitude predatória com que a humanidade explora os recursos minerais, agrícolas, florestais, pastoris ou industriais de que dispõem, pelos preconceitos que cultiva, pelas guerras periódicas, um caminho de esperanças se abre aos olhos daqueles que, como os cientistas e os engenheiros, podem ajudar aos políticos e administradores a dirigir a humanidade no sentido de maior abundância e felicidade.

Exemplifica com a experiência do Tennessee, mostrando que uma organização bem concebida, funcionando em termos democráticos, e dirigida com o apoio de sã engenharia e ampla investigação científica, pôde criar um mundo novo de possibilidades e de segurança para uma coletividade inteira.

Se bem que outras "valley authorities" devam ser previstas no futuro, não se deve esperar que sejam reproduções do TVA, mesmo quando seguirem de perto a concepção desse empreendimento. Os vales nunca são cópias um do outro. Apenas um princípio geral pode identificar os planos de seu aproveitamento — *devem ser concebidos visando desenvolver de forma integral e de modo coordenado, todos os recursos da bacia em benefício do conjunto de sua população*. A concepção dos projetos isolados deve ser orientada no sentido de desenvolver tôdas as suas finalidades, imediatas ou remotas. Cada obra de aproveitamento hidroelétrico deve prever as repercussões que pode ter na retenção de enchentes, na melhoria de navegação, na irrigação de áreas marginais, na regularização do regime fluvial. O princípio de múltipla finalidade — "multiple purpose" — é fundamental no planejamento de um vale. Êste princípio conduziu os responsáveis pelo planejamento regional das bacias hidrográficas a encarar o problema do escoamento das águas como intimamente correlacionado ao problema da conservação do solo. Erosão e regularização do regime fluvial são problemas de solo e de água que formam um todo no planejamento dos vales.

Em seguida MORRIS COOKE passa em revista uma série de empreendimentos que se realizam no mundo inteiro, dentro do esquema de planejamento regional de grandes bacias. Começa com uma referência a "*San Francisco Valley Authority*" que nós, brasileiros estamos ensaiando e a compara com os planos que se estudam na China. Analisa em minúcia as obras do Níger e os planos da Índia. Cita elementos interessantíssimos do plano de utilização do Jordão e de adução de águas do Mediterrâneo para o mar Morto com a criação de um grande potencial hidroelétrico, de água salgada. Descreve os projetos semelhantes que se realizam na Escócia, no México e em Pôrto Rico.

Em todos êles ressalta a preocupação de unidade e coordenação no tratamento das grandes bacias, em tôrno dos temas — água e solo.

MORRIS COOKE traz consigo, além de outras, a credencial de ter criado e dirigido o célebre *Water-planning Committee*, que forneceu aos mais lúcidos homens da elite que se associou a ROOSEVELT a filosofia e a técnica de todo movimento de planejamento regional dos grandes vales. Os relatórios desse comitê e especialmente o valiosíssimo volume *Drainage Basin — Problems and programs* — em que são estudadas tôdas as grandes bacias do território dos Estados Unidos, deram ao grande presidente americano os argumentos que o levaram a propor ao Congresso a criação de mais seis "authorities" além da TVA.

Acreditamos que, se êste movimento ainda não ampliou seu campo, em território americano, como seria justo esperar, em face dos êxitos do TVA, deve-se a dificuldades de ordem política ainda não superadas.

Vale a pena, por isto, ressaltar as conclusões a que é levado MORRIS COOKE, e que expressam a experiência de uma bela vida de engenheiro.

No amplo movimento mundial em tôrno da idéia de desenvolvimento planejado de grandes bacias hidrográficas, existe uma convicção fundamental — ela só pode se basear em sã engenharia e ampla atividade científica. No planejamento dos rios de múltipla finalidade não há lugar para a engenharia da "Thumb rules". Mais ainda, sendo ela uma obra de interêsse vital para uma coletividade que se estende das cabeceiras à foz, torna-se um problema do mais elevado sentido político. Em seu tratamento os engenheiros e cientistas são conduzidos a pensar em termos políticos e começam a perceber que não devem se manter na torre de marfim em que comumente se isolam, mas precisam interferir também na vida pública, porque sôbre êles pesa uma enorme responsabilidade no bem-estar da

coletividade e este é perseguido e ordenado pela política em seu mais nobre sentido. Concordamos com esta opinião do ilustre engenheiro. Os políticos desejam e precisam de maior contacto com os engenheiros e cientistas. Tentando explicar por que motivo havia reunido no Instituto de Geopolítica de Munich várias centenas de cientistas e técnicos o general HAUSHOFER, mentor intelectual do grupo nazista que empolgara o poder no III.º Reich, respondeu: — *Nossa finalidade prática é educar os nossos senhores!* Pensamos que os técnicos e cientistas têm também o dever de transmitir suas idéias e conclusões aos políticos, ajudando-os a melhor servir à coletividade. Eles não erram por desejarem errar quando contrariam a opinião dos técnicos; erram muitas vezes porque não encontram nos projetos e estudos sobre que precisam decidir, elementos de convicção demonstrando que a solução sugerida é a que melhor pode atender aos anseios do povo que representam.

Se é verdade que devem os políticos nesta era da técnica, ouvir os cientistas e engenheiros, é também uma necessidade que estes raciocinem em termos políticos quando precisarem transformar suas investigações de ciência pura em realidades práticas e úteis à humanidade.

O SÃO FRANCISCO E A EXPERIÊNCIA DO TENNESSEE

A experiência do TVA envolve ainda outros aspectos tão sedutores que merece ser meditada por técnicos e por políticos.

Quando ROOSEVELT e seus homens, dias depois de assumirem a responsabilidade do poder, criaram a *Tennessee Valley Authority*, lançaram, não apenas, as bases de uma revolução técnica no planejamento de um rio, mas também a semente de uma concepção sadia de planejamento democrático.

Se as lições de engenharia e de ciência aplicada que nos oferece a obra do Tennessee são de valor inestimável, maior é o mérito da tese política que fundamentou sua concepção.

À convicção generalizada que a idéia de “plano”, imposta pela evolução social, só se poderia realizar através de governos totalitários, contrapunham os homens do New Deal a idéia de um plano democrático, de um plano em que o cidadão participasse como colaborador e não somente como beneficiário ou vítima.

Nas palavras de DAVID LILIENTHAL, o grande cérebro do T.V.A. — este empreendimento envolvia um teste de planejamento democrático — “até onde seria possível assistirmos ao povo lutar por ele — não apenas aceitá-lo ou aprová-lo — mas lutar por ele”.

Apenas num setor possuía o T.V.A. poderes absolutos — no projeto e execução de obras hidráulicas visando a regularização do rio e suas conseqüências — distribuição da energia produzida, tráfego nas eclusas, controle das enchentes.

Em todos os outros trabalhos realizados em benefício da coletividade do vale, agia através de persuasão e cooperação. No saneamento, na recuperação agrícola, no fomento industrial, em múltiplos itens de um grande plano o T.V.A. oferecia o apoio da ciência e da engenharia para elaboração de programas e projetos e procurava coordenar as atividades dos governos estaduais, das administrações municipais, das universidades, de associações e de cidadãos, para realização dos empreendimentos selecionados, auxiliando-os com parte do financiamento que necessitassem.

Esta lição de planejamento democrático precisa ser aprendida pelos que devem realizar a recuperação do São Francisco. Se raciocinarmos com as cifras recentemente citadas pelo Eng. ALVES DE SOUSA verificaremos que no Tennessee foram gastos em 10 anos mais de quatro vezes do que disporá a Comissão do Vale do São Francisco para despendem em 20 anos. Se considerarmos que a bacia do nosso rio é seis vezes maior do que a bacia americana, concluiremos que o São Francisco disporá de 48 vezes menos recursos por quilômetro quadrado, por ano, do que o que se gastou no Tennessee.

Em face desta contingência impõe-se um esforço de cooperação entre o governo federal, os governos dos cinco estados sanfranciscanos, as prefeituras dos 100 municípios mineiros, 40 municípios baianos, 32 municípios pernambucanos, 14 municípios alagoanos e 12 municípios sergipanos que vêem suas águas verterem para a bacia do São Francisco, e mais a iniciativa privada em todas as suas formas.

Será possível realizarmos uma grande obra de conjunto se reunirmos nossas forças em torno de planos coordenados e complementares.

O problema do São Francisco envolverá antes de mais nada uma experiência de cooperação entre os vários níveis de governo. Será uma experiência de federalismo atuante. Esta é a grande lição do T.V.A., aplicável ao nosso rio.

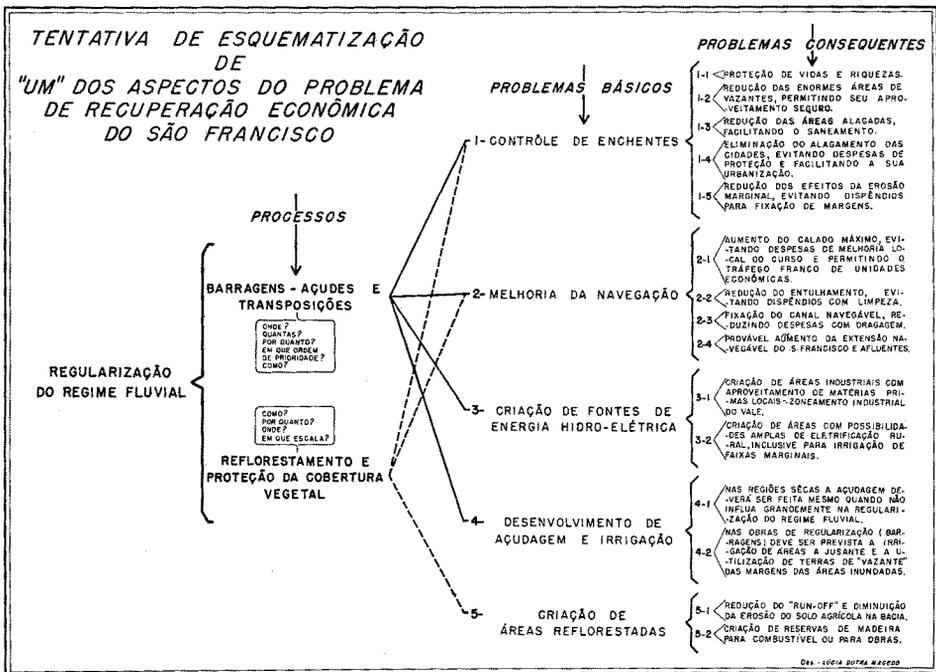
SÃO FRANCISCO – RECUPERAÇÃO EM MARCHA

Permiti que vos façamos uma rápida exposição dos trabalhos que se realizam no vale e mostremos como se tenta articulá-los em um plano de conjunto, para depois dizer-vos algo sobre os estudos que se procedem visando a elaboração desse plano.

Bem conheceis a luta e os êxitos do empreendimento de Paulo Afonso. A captação de um grande potencial hidroelétrico no centro de um círculo de 300 quilômetros de raio cobrindo grande parte do Nordeste, onde não existem outras fontes ponderáveis de energia, é uma tarefa empolgante. Toda uma imensa região vivia presa a uma alternativa dolorosa – não podia progredir porque não conseguia melhorar o seu balanço energético – não o podia alterar em seu benefício porque a grande fonte de energia disponível era um empreendimento de proporções gigantescas, somente realizável através de um movimento de âmbito nacional. Quebrando o círculo vicioso, com um ato de alta visão política, o presidente EURICO DUTRA, deu o apoio do governo federal à luta tenaz dos pioneiros de Paulo Afonso, criando a Companhia Hidroelétrica que realiza a grande obra com o apuro da melhor técnica e com visão objetiva dos problemas de economia e engenharia que se apresentam a cada passo.

Será missão dos homens que estudam e executarão o plano geral de recuperação do vale, apoiar a Hidroelétrica de Paulo Afonso no programa de incentivo ao consumo de energia no médio e baixo São Francisco, e isto significa ajudá-la a criar na região um parque industrial e um amplo sistema de eletrificação urbana e rural.

No alto São Francisco, obra semelhante em seu significado econômico realiza-se em Fecho do Funil. Uma grande barragem reterá integralmente as enchentes do Paraopeba e as restituirá no período de estiagem, ao caudal sanfranciscano através de turbinas que irão gerar a energia indispensável à utilização industrial de toda a riqueza de minérios que se depositaram na área do quadrilátero ferífero.



Nas regiões menos favorecidas da bacia um grande esforço se despende no combate à malária e na construção de uma rede de hospitais e postos de saúde. Nos trechos navegáveis constroem-se várias obras que significarão maior segurança, melhor equipamento e maior eficiência do tráfego fluvial.

Ligações rodoviárias e comunicações telegráficas lançam-se sobre o vale tentando integrá-lo na economia nacional.

Todos esses empreendimentos que constituem os itens principais de um plano quinquenal de emergência, elaborado pelo governo federal com o apoio entusiasta da Comissão Parlamentar do São Francisco, já fizeram nascer no vale um novo sentimento de confiança no futuro.

Cabe à Comissão técnica do São Francisco apoiar os órgãos que executam esse plano de emergência, e tentar coordená-lo com o plano mais amplo que deverá elaborar até o próximo ano.

PLANO GERAL DO SÃO FRANCISCO

Este plano geral que se estuda no momento será uma obra ambiciosa e ousada.

Acreditamos que, se o elaborarmos em bases sadias e objetivas, sem sentimentalismos ou preocupações subalternas de política, ele será realizado, ainda que não se enquadre nos limites estritos das verbas previstas.

Se o concebermos como um plano de cooperação geral, como uma iniciativa destinada a "escovar" outras iniciativas públicas ou privadas, poderemos lançá-lo sem temor de malôgro.

O mérito mais amplo que esperamos venha ter o plano em elaboração será convencer e criar adeptos que lutem por sua realização.

Por isto, temos sido levado a realizar uma série de estudos, de ordem cultural e científica, nos gabinetes e no campo, que nos darão a visão completa e ponderada de nossos problemas e a autoridade para apontar suas soluções.

Se é verdade que o plano geral poderá ser apresentado sobre um mapa ou nas linhas de um simples quadro que indique obras, verbas e prazos, não é menos verdade que sua aceitação, seu poder de congregar esforços e vontades, dependerá do valor, da extensão e da profundidade dos estudos técnicos, culturais e científicos que o fundamentarem.

Disporomos de recursos para elaborar uma cartografia perfeita da bacia, teremos em mãos fotografias aéreas de todo o seu território, completaremos os estudos de hidrologia e hidrografia fluvial em todos os pormenores, ampliaremos os conhecimentos atuais sobre os recursos naturais do vale, meditaremos sobre estatísticas e monografias que espelhem o panorama social da bacia, teremos em mão uma completa geografia humana e econômica da região.

Vivendo no vale, de olhos abertos para a realidade, sonhando com um futuro possível, traçaremos as linhas mestras de uma obra que marcará nossa geração, de um empreendimento que realizaremos em nossos dias.

CONCLUSÃO

Ao ouvirdes estas palavras, em que tentamos enunciar alguns temas gerais sobre o planejamento do São Francisco, percebestes quantas dúvidas e incertezas vão ainda em nosso espírito.

Estamos tentando começar pelo princípio, sentir o nosso problema em toda a sua amplitude e profundidade.

Já o percebemos através da concepção de um planejamento regional. Reconhecemos no São Francisco um rio de múltiplas finalidades. Estamos convencidos que sua recuperação só se poderá fazer sob a forma de uma cooperação geral. Acreditamos na execução de um plano democrático de soerguimento do vale. Colocamos o homem e a pátria na posição de temas centrais da obra a realizar.

Se tivermos a nosso lado os geógrafos do Brasil, os cientistas que aprenderam a descrever e interpretar o nosso país como um todo grandioso e unido, poderemos confiar no êxito de nosso esforço.